



Veredas Atemática

VOLUME 16 nº 2 - 2012

Tradução

GARFINKEL, Harold e SACKS, Harvey. On formal structures of practical actions. In: GARFINKEL, H. (Org.). *Ethnomethodological Studies of Work*. London: Routledge & Kegan Paul, 1986. p. 160-193.

Créditos da tradução

A tradução é resultado de uma empreitada conjunta entre a empresa Actra Traduções, da qual participaram Aduino Vilella (diretor e coordenador da tradução) e Claudio Calabria (tradutor), e a Universidade Federal de Juiz de Fora, através dos professores Dr. Paulo Cortes Gago (Departamento de Letras Clássicas) e Dr. Raul Francisco Magalhães (Departamento de Ciências Sociais).

Revisão técnica: Paulo Cortes Gago e Raul Francisco Magalhães

Agradecimentos

Agradecemos à profª Dra.. Anne W. Rawls da Bentley University, que gentilmente permitiu a publicação sem custos do presente capítulo, e ao prof. Dr. Frédéric Vandenberghe do IESP/UERJ, que mediou essa solicitação. Agradecemos especialmente à coordenação do

Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFJF, representada à época pela prof^a Dra. Maria Cristina Lobo Name, por nos ter disponibilizado os recursos públicos necessários para viabilizar a tradução. Agradecemos também ao prof. Dr. Berthold Öelze, da Universidade de Passau (Alemanha), que foi um dos incentivadores iniciais do projeto de traduzir para o Português textos essenciais de etnometodologia, quando veio à UFJF como professor visitante do Departamento de Ciências Sociais, em 2008. Por último, agradecemos a duas tradutoras que nos foram de grande auxílio em nossas dúvidas de tradução: Maria Clara Castellões de Oliveira (UFJF) e Cláudia Pessanha (EMERJ).

Apresentação da tradução

A presente tradução baseia-se na terceira versão do texto, de 1986, publicada em livro organizado pelo próprio Harlod Garfinkel. A primeira foi publicada em 1969, em MCKINNEY, J. C & TIRYAKIAN, E. (Eds.). *Theoretical Sociology: Perspectives and Developments*. New York: Appleton-Century-Crofts. A segunda consiste na primeira reimpressão deste mesmo livro, publicada em 1970, que é, na verdade, a referência mais citada na maioria das obras a respeito. Nossa opção pela versão de 1986 resultou pela disponibilidade mesmo do texto para nós. Não há nenhuma diferença de conteúdo.

Em termos de enquadramento maior do texto no universo da Teoria Sociológica e sua importância para a Linguística, que estuda a conversa como o espaço de estruturação da ordem social, ele retrata um momento *sui generis* de seu desenvolvimento, em que a microssociologia emerge como uma área de estudos de direito próprio, investindo nas atividades cotidianas como o locus privilegiado de relevância para o estudo do fenômeno social em si, mais especificamente no microuniverso da interação social, passando a concorrer com a tradicional - e bem estabelecida - área da análise macrossocial, representada, por exemplo, no trabalho de Talcott Parsons (1937), que derivava a ação dos indivíduos de determinações estruturais sistêmicas como a cultura, a economia. A etnometodologia significa um retorno ao ator e ao estudo da capacidade deste de gerenciar contextualmente as determinações das estruturas sociais.

Especificamente, o texto da parceria entre Harold Garfinkel e Harvey Sacks é considerado um momento seminal na etnometodologia, pois dá origem à Análise da Conversa como campo de interface entre a microssociologia e a linguística interacional, consolidada inicialmente, nos anos 1970, na Universidade da Califórnia (Coulon, 1995). O Texto erige-se sob a proposição de que o mundo social é descritível e relatável (*accountable*) e de que a linguagem é o meio para se explicitar esses métodos da razão das ações práticas, ou seja, a forma real de atualização das estruturas como reprodução gerenciada pelos atores. Avança com a proposta etnometodológica de se analisar na conduta dos membros da sociedade, em cursos práticos de ação, os métodos empregados para a construção da ordem social, pois ao

invés de esta ser considerada como algo já dado, é fruto de trabalho reflexivo de constituição do mundo. Reflexivo, porque as práticas de descrição do mundo usadas pelos agentes sociais, tanto constituem mundo, como são por ele constituídas. Aqui, o termo não significa a capacidade de reflexão, sentido mais usual do termo.

O texto privilegia centralmente um fenômeno, aos quais filósofos e linguistas têm devotado sua atenção já de longa data: as expressões indexicais, fenômeno de linguagem, através do qual o sentido de expressões como *aqui*, *ele*, *isto* dependem de se apontar para o mundo externo à linguagem para se saber onde é *aqui*, quem é *ele*, ou a que se refere *isto*. Ou seja, discute-se, na verdade, a dependência de contextos concretos de ação para a atribuição de sentido em situações cotidianas reais de interação entre os membros de uma sociedade. No caso, quando estão usando a linguagem.

Como exemplo central das práticas indexicais, os autores apresentam, pela primeira vez, o conceito de *formulação*, tomado como ponto de partida para diversos estudos, que surgiram derivados deste texto, como Heritage & Watson (1979, 1980), Heritage (1985), Drew (2002), Hutchby (2005), Ostermann & Silva (2009), Lange (2009), Gago (2010). A prática de formulação é definida como “(...) as práticas dos interlocutores de dizer-em-tantas-palavras-o-que-estamos-fazendo (...)” (p. 171 do original), através das quais os participantes de interações podem restaurar o sentido de parte de uma conversa ou mesmo da conversa como um todo, ao indagarem pelo sentido de tais expressões. Em passagem clássica, os autores exploram o sentido das formulações, explicando que

“Um membro pode tratar um ou outro trecho da conversa como oportunidade para *descrever* aquela conversa, *explicá-la*, ou *caracterizá-la*, ou *explicá-la*, ou *traduzi-la*, ou *resumi-la*, ou *definir* sua essência, ou *chamar atenção* para sua obediência às regras, ou *comentar* seu desrespeito às regras. Quer dizer, um membro pode usar algum trecho da conversa como oportunidade para formular a conversa” (1986, p. 170, ênfase adicionada).

Como se observa, os autores fornecem uma lista de expressões, que explicitam as ações da prática de formular.

Enfim, o texto, ecoa, assim, o que Garfinkel já havia evidenciado pouco tempo antes, em sua obra de base *Studies in Ethnomethodology*: “as propriedades racionais demonstráveis de expressões indexicais e de ações indexicais são uma realização contínua das atividades organizadas da vida cotidiana. Aqui está o cerne da questão”, no nosso entender, no tratamento do fenômeno social (1967, p. 34).

Uma última observação sobre a presente edição: nas notas do original há inúmeras referências à paginação remetendo a seções do texto que são impossíveis de serem reproduzidas para uma versão eletrônica que não usa paginação. Decidimos simplesmente deixar as indicações de paginação como no original, uma vez que não atrapalham em nada a leitura e podem propiciar ao leitor a possibilidade de encontrar rapidamente no original em inglês os trechos referidos.

Desejamos, então, que os esforços de tradução desse artigo antológico possam ajudar ao leitor de língua portuguesa a adentrar o universo de Harold Garfinkel e Harvey Sacks, contribuindo para a difusão da etnometodologia e, por afinidade direta, da Análise da Conversa Etnometodológica, corrente daí derivada. Boa leitura!

Paulo Cortes Gago (UFJF) e Raul Francisco Magalhães (UFJF)

Referências:

COULON, Alain. *Etnometodologia*. Petrópolis, Vozes, 1995.

DREW, P. Comparative analysis of talk-in-interaction in different institutional settings: a sketch. In: GLENN, P. J.; LEBARON, C. D.; MANDELBAUM, J. (Eds.). *Studies in language and Social Interaction*. Mahwah: Lawrence Earlbaum Associate, 2002. p. 203-308.

GAGO, P. C. A prática de formulação na mediação familiar judicial. In: Zyngier, Sonia; Viana, Vander. (Org.). *Avaliações & Perspectivas: estudos empíricos em Letras*. 1ª ed. Rio de Janeiro: PUBLIT projetos editoriais, 2010.

HERITAGE, John C. e WATSON, D. R. Formulations as conversational objects. In: G. PSATHAS (Ed.). *Everyday Language*. New York, Irvington Press, 1979. p. 123-162.

HERITAGE, J. C. e WATSON, D. R. Aspects of the properties of formulations in natural conversations: Some instances analysed. *Semiotica*, v. 30, n. 3/4, p. 245-262, 1980.

HERITAGE, J. Analyzing news interviews: aspects of the production of talk for an overhearing audience. In: T. VAN DIJK (Ed.). *Handbook of Discourse Analysis*, v.3. London, Academic Press, 1985. p. 95-117.

HUTCHBY, I. “Active Listening”: Formulations and the Elicitation of Feelings-Talk in Child Counselling. *Research on Language and Social Interaction*, v. 38, n. 3, p. 303-329, 2005.

LANGE, C. P. Formulação e ensino-aprendizagem na fala-em-interação de sala de aula de inglês como língua adicional na educação de jovens e adultos. 2010. 168f. Dissertação (Mestrado em Letras), Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

OSTERMAN, A. C. & SILVA, C. R da. A formulação em consultas médicas: para além da compreensão mútua entre os interagentes. *Calidoscópio*, v. 7, n. 2, p. 97-111, 2009.

PARSONS, T. The structure of social action. New York: McGraw-Hill, 1937.

Sobre estruturas formais de ações práticas*

Harold Garfinkel e Harvey Sacks

O propósito do artigo

O fato de a linguagem natural servir às pessoas que fazem sociologia, leigos ou profissionais, como circunstâncias, como tópicos e como recursos de suas investigações, fornece à tecnologia de suas investigações e ao seu raciocínio sociológico prático *as suas próprias* circunstâncias, *seus* tópicos e *seus* recursos. Os sociólogos encontram essa reflexividade em ocasiões reais de suas investigações na forma de propriedades indexicais de linguagem natural. Por vezes, essas propriedades são identificadas através da observação sumária de que uma descrição, por exemplo, na medida em que pode ser parte constitutiva das circunstâncias que descreve, inevitavelmente “elabora” essas circunstâncias de inúmeras formas e é por elas “elaborada”. Essa reflexividade assegura à linguagem natural propriedades indexicais características, tais como as seguintes: a definibilidade das expressões reside em suas consequências; definições podem ser usadas para assegurar uma coleção definida de “considerações” sem que haja delimitação; a definibilidade de uma coleção é assegurada por meio de possibilidades circunstanciais de elaboração indefinida¹.

Características “indexicais” não são próprias dos relatos de leigos. Também são conhecidas nos relatos de profissionais. Por exemplo, a “fórmula” em linguagem natural “a realidade objetiva dos fatos sociais é o princípio fundamental da sociologia”² é ouvida por profissionais, de acordo com a ocasião, como definição das atividades dos membros da Associação, seu slogan, sua tarefa, meta, realização, motivo de ostentação, conversa de vendedor, justificativa, descoberta, fenômeno social ou limitação de pesquisa. Como qualquer outra expressão indexical, para quem sabe como ouvi-la, as circunstâncias transitórias de seu uso conferem-lhe definibilidade de sentido como definição, ou tarefa, ou meta, etc.³ Além disso, conforme demonstrado por Helmer e Rescher⁴, em nenhuma ocasião se assegura à fórmula uma definibilidade que exiba estruturas que não aquelas exibidas por referências diretas. Quer dizer, quando se analisa a definibilidade da expressão através dos métodos predominantes de lógica e linguística, ela exibe pouca ou nenhuma estrutura de que os métodos disponíveis possam dar conta ou tornar interessantes. Os métodos de análise formal da sociologia são frustrados de uma forma diferente por essas expressões: sua definibilidade de sentido não se ampara em estruturas que possam ser identificadas nas expressões *reais* através do uso dos

* Reimpresso de *Theoretical Sociology: Perspectives and Developments*, John C. McKinney e Edward Tiryakian (Eds.), Appleton-Century-Crofts; 1969.

métodos matemáticos disponíveis, para especificar um sentido, de forma definitiva. Numa busca por rigor, segue-se uma prática engenhosa através da qual tais expressões são, primeiramente, transformadas em expressões ideais. Então, as estruturas são analisadas como propriedades dos ideais, e os resultados são atribuídos às expressões reais como propriedades suas, embora com ressalvas de “modéstia científica apropriada”.

As propriedades indexicais da linguagem natural asseguram à tecnologia das investigações sociológicas, leigas e profissionais, a seguinte prática inevitável e irremediável como sua marca: onde quer e por quem quer que seja feito, o raciocínio sociológico prático procura remediar as propriedades indexicais do discurso prático; ele faz isto no interesse de demonstrar a relatabilidade*** racional das atividades cotidianas; e ele faz isto para que suas avaliações sejam garantidas pela observação e relato metódicos de particularidades situadas e socialmente organizadas das atividades cotidianas, o que naturalmente inclui particularidades da linguagem natural.

As práticas remediadoras do raciocínio sociológico prático têm o objetivo de realizar uma diferenciação plena entre as expressões objetivas e as indexicais por meio da qual torna possível a substituição das expressões objetivas pelas indexicais. Atualmente, essa diferenciação e substituíbilidade fornecem à sociologia profissional sua tarefa infinita⁵.

Esses motivos e recomendações são facilmente observados na maioria das apresentações em congressos, embora talvez encontrem maior expressão nos trabalhos de Blalock,⁶ Douglas⁷, Inkeles⁸, Lazarsfeld⁹, Levy¹⁰, Moore¹¹, Parsons,¹² e Spengler¹³, que os utilizam para localizar as tarefas necessárias para a teorização sociológica, para citar realizações e destacar métodos e resultados como estoque profissional disponível para troca. O programa remediador do raciocínio sociológico prático especifica-se naquelas práticas típicas da investigação sociológica profissional, tais como a elaboração e defesa de uma teoria sociológica unificada, construção de modelos, análise custo-benefício, uso de metáforas naturais para reunir situações mais amplas sob a experiência de uma situação conhecida localmente, uso de situações laboratoriais como esquemas experimentais de inferência, relatos esquemáticos e avaliações estatísticas de frequência, reprodutibilidade, efetividade etc. de práticas de linguagem natural e de várias situações sociais que implicam em seu uso, e assim por diante. Por conveniência, reuniremos tais práticas da tecnologia prática da sociologia profissional sob o termo “análise construtiva”.

Existem interesses irreconciliáveis entre a análise construtiva e a etnometodologia nos fenômenos da relatabilidade racional de atividades cotidianas e na tecnologia prática do raciocínio prático sociológico que as acompanha. Essas diferenças têm um de seus focos nas

** Optamos por traduzir *accountabale* por *relatável*, embora reconheçamos o caráter polissêmico e polêmico desta tradução, pois a expressão verbal *to account for* admite como traduções possíveis *reportar*, *explicar*, *justificar*, *contar e prestar contas*. Entendemos, no entanto, que a noção de relato pode dar conta desses inúmeros sentidos.

expressões indexicais: em concepções divergentes dos laços entre expressões objetivas e indexicais, e em concepções divergentes da relevância dos indexicais para as tarefas de esclarecer as conexões entre rotina e racionalidade em atividades cotidianas. Numerosos fenômenos que a análise construtiva tem ignorado por completo são detalhados nos estudos etnometodológicos de Bittner¹⁴, Churchill¹⁵, Cicourel¹⁶, Garfinkel¹⁷, MacAndrew¹⁸, Moerman¹⁹, Pollner²⁰, Rose²¹, Sacks²², Schegloff²³, Sudnow²⁴, Wieder²⁵ e Zimmerman²⁶. Seus estudos mostraram especificamente (1) que as propriedades das expressões indexicais são propriedades ordenadas²⁷ e (2) *que* elas são propriedades ordenadas é uma realização prática contínua de cada ocasião real de fala e conduta comuns. Os resultados de seus estudos fornecem uma alternativa ao reparo de expressões indexicais como sendo esta tarefa central da construção de teoria geral na sociologia profissional.

A tarefa alternativa da construção de uma teoria geral é descrever especificamente essa realização em sua variedade organizacional. As finalidades deste artigo são localizar essa realização como fenômeno e especificar algumas de suas características; descrever algumas estruturas nas práticas que compõem essa realização; e perceber sua obviedade, imenso interesse e grau de difusão que ela tem entre os membros, sejam eles leigos ou analistas profissionais de atividades cotidianas. Fazemos isto com o objetivo de indicar um relato alternativo das estruturas formais nas ações práticas aos relatos que compõem o trabalho e as realizações do raciocínio sociológico prático, onde quer que ele ocorra: entre leigos, claro, mas com predominância esmagadora na sociologia profissional contemporânea, bem como em outras ciências sociais, e, em todos os casos, sem grandes adversários.

Métodos de investigação sociológica dos membros

Alfred Schutz²⁸ disponibilizou para o estudo sociológico as práticas do conhecimento de senso comum de estruturas sociais de atividades cotidianas, circunstâncias práticas, atividades práticas e raciocínio sociológico prático. O seu trabalho demonstrou de forma original que esses fenômenos têm propriedades peculiares e que, por isso, constituem em si mesmos área legítima de investigação. As obras de Schutz nos ofereceram inúmeras instruções em nossos estudos das circunstâncias e das práticas da investigação sociológica prática. Os resultados desses estudos encontram-se detalhados em outras publicações. Eles fornecem justificativa empírica para uma política de pesquisa que é exclusiva aos estudos etnometodológicos. Essa política estabelece que as práticas de teorização e investigação sociológicas, os tópicos dessas práticas, as descobertas dessas práticas, as circunstâncias dessas práticas, a disponibilidade dessas práticas como metodologia de pesquisa e tudo o mais são, do início ao fim, *métodos dos membros* para a teorização e a investigação sociológicas. Inevitavelmente, e sem que haja esperança de remédio, as práticas consistem em *métodos dos membros* para combinar conjuntos de alternativas, *métodos dos membros* para combinar, testar e verificar o caráter factual da informação, *métodos dos membros* para dar um relato das circunstâncias de escolha

e das escolhas, *métodos dos membros* para avaliar, produzir, reconhecer, garantir e obrigar à consistência, coerência, efetividade, eficiência, engenhosidade e outras propriedades racionais de ações individuais e concertadas.

A noção de “membro” é o cerne da questão. Não empregamos o termo “membro” com referência a uma pessoa. Refere-se, sim, ao domínio da linguagem natural, o qual entendemos da seguinte maneira.

Observamos que as pessoas, na medida em que estão falando uma linguagem natural, *de alguma forma* estão envolvidas na produção objetiva e exposição objetiva de conhecimento de senso comum de atividades cotidianas como fenômenos observáveis e relatáveis. Perguntamos: o que faz com que a linguagem natural permita aos falantes e ouvintes ouvirem, e de outra forma, testemunharem a produção e exibição objetivas de conhecimento de senso comum, e de circunstâncias práticas, ações práticas, bem como de raciocínio sociológico prático? O que faz com que a linguagem natural torne esses fenômenos observáveis-relatáveis, ou seja, fenômenos *relat-áveis*^{***}? Para falantes e ouvintes, as práticas da linguagem natural de alguma forma exibem esses fenômenos nas particularidades da fala, e *que* esses fenômenos são exibidos é por si só, e, por isso, exibível em descrições adicionais, comentários, perguntas e outras formas de narrar.

Os interesses da pesquisa etnomotodológica estão voltados para a confirmação, por meio de análises detalhadas, de que fenômenos relat-áveis são realizações práticas do início ao fim. Falaremos do “trabalho” dessa realização para enfatizá-la como um curso de ação contínua. “O trabalho” é feito como combinações de práticas através das quais os falantes, nas particularidades situadas da fala, querem dizer algo diferente do que podem dizer em apenas tantas palavras, ou seja, como “práticas de glosa”. A compreensão das práticas de glosa é central em nossos argumentos; maiores detalhes serão discutidos no Apêndice.

I. A. Richards³⁰ oferece um exemplo temático. Ele sugere o uso de pontos de interrogação para isolar trechos falados ou escritos, por exemplo, ?pesquisa social empírica?, ?sistemas teóricos?, ?sistemas de sequências?, ?variáveis psicológicas sociais?, ?práticas de glosa?, como forma de instruir o leitor a proceder da seguinte maneira: o modo como a frase em destaque deve ser compreendida está, de início, especificamente indeterminado. Como ela deve ser compreendida é tarefa de uma leitura, em que um procedimento desconhecido será usado para tornar o texto compreensível. Já que nada a respeito do texto ou do procedimento precisa ser decidido por enquanto, nós esperamos o tempo que for necessário. Quando e se tivermos lido e conversado sobre o texto, revisaremos o que se pode fazer com ele. Assim, poderemos ter usado o texto, não como termos indefinidos, mas como uma glosa de um contexto vivo, cujos caminhos, como um procedimento de montagem do sentido, não achamos necessário³¹ especificar.

*** Mantemos aqui o jogo de palavras feito no original com *account-able*.

A glosa de Richards consiste em práticas de fala através do uso de textos específicos de tal forma que o modo como o caráter compreendido desses textos terá por fim operado permanece o tempo todo não dito, embora o curso da conversa possa ser direcionado de forma a compor um contexto que encaixe no texto, e que, através disso, confira às réplicas do texto caracteres funcionais notados, mutáveis, porém não ditos, tais como “texto no início”, “texto como resultado final”, “fluxo de fala que liga os dois”³², e assim por diante.

Aparentemente, os falantes podem, poderão, poderiam, devem e de fato procedem de maneira que a glosa de Richards de um texto é um exemplo temático para poder atingir, reconhecidamente definibilidade razoável, clareza, identificação, substituição, ou relevância das particularidades notacionais da linguagem natural. E, aparentemente, os falantes podem proceder por meio da glosa, e fazer o imenso trabalho que fazem com linguagem natural, mesmo que no decorrer de sua conversa não seja sabido, e que nunca, nem mesmo “no fim”, seja possível para eles dizerem em tantas palavras do que exatamente estão falando. Enfatizamos: isso não quer dizer que os falantes não saibam do que estão falando, *mas, pelo contrário, sabem do que estão falando daquela maneira.*

A glosa de Richard é apenas uma dessas maneiras. Práticas de glosa existem em grande quantidade empírica. De forma infinita, porém específica e analisável, as práticas de glosa *são* métodos para produção de entendimento observável e relatável, por meio da, dentro da e a respeito da linguagem natural. Dentre as várias maneiras de se *exibir-ao-falar* e se *exibir-para-contar* que e como a fala é entendida, as práticas de glosa *são* “membros”, *são* “domínio da linguagem natural”, *são* “conversar com sensatez”, *são* “falar direito”, *são* “falar inglês” (ou francês ou qualquer outro idioma), *são* “discurso claro, consistente, cogente, ou seja, discurso racional”.

Entendemos que o domínio da linguagem natural consista nisto: nas particularidades de sua fala, um falante, em concerto com outros, é capaz de explicar essas particularidades e está, através disso, querendo dizer algo diferente do que pode dizer em tantas palavras; ele o está fazendo sobre contingências desconhecidas em ocasiões reais de interação; e, ao fazê-lo, o reconhecimento *de que* está falando e *de como* está falando não são especificamente questões para comentários competentes. Quer dizer, as particularidades de sua fala não oferecem oportunidades para estórias a respeito de sua fala que valham a pena contar; tampouco suscitam perguntas que valham a pena fazer, e assim por diante.

A idéia de “querer dizer algo diferente do que ele pode dizer em tantas palavras” requer comentário. Não se trata tanto de “algo diferente do que ele diz” quanto de que *qualquer coisa* que ele diga fornece os materiais mesmos a serem usados na *compreensão* do que ele diz. Por mais extenso ou explícito possa ser o que o falante diz, essa extensão ou explicitude não suscitam uma tarefa de decidir a correspondência entre aquilo que ele diz e aquilo que ele quer dizer, a qual é resolvida citando-se sua fala *in verbatim*³⁴. Ao invés disso, sua própria fala, na medida em que se torna³⁵ parte da mesma ocasião de interação, passa a ser mais uma

contingência dessa interação. Ela se estende e elabora indefinidamente as circunstâncias que explica, contribuindo assim para o seu próprio caráter relativamente razoável. O que é dito confere ao caráter relativamente razoável da fala suas diversas vicissitudes. Em suma, o domínio da linguagem natural é até o fim, e sem alívio, uma realização ocasionada.

Interesse da etnometodologia por estruturas formais de ações práticas

A etnometodologia, assim como a análise construtiva, concentra seus interesses de maneira insistente nas estruturas formais de atividades cotidianas. Contudo, as duas entendem estruturas formais de maneiras diferentes e incompatíveis entre si.

Chamamos atenção para o fenômeno de que estruturas formais estão disponíveis nos relatos da sociologia profissional, onde são reconhecidas por profissionais e por eles reivindicadas como conquista singular da sociologia profissional. Esses relatos de estruturas formais são feitos através do domínio que os sociólogos têm da linguagem natural, e requerem esse domínio como condição *sine qua non* para uma leitura profissional adequada. Isso confere aos relatos sobre estruturas formais feitos por sociólogos profissionais o seu caráter de fenômeno de interesse da etnometodologia, não distinto de qualquer outro fenômeno de membros em que o domínio da linguagem natural esteja semelhantemente envolvido. Os estudos etnometodológicos de estruturas formais estão voltados para o estudo de tais fenômenos, buscando descrever os relatos dos membros a respeito de estruturas formais onde quer e por quem quer que sejam feitos, ao mesmo tempo em que se abstêm de qualquer julgamento quanto à sua adequação, valor, importância, necessidade, praticidade, sucesso ou consequencialidade. Chamamos a essa política de procedimento de “indiferença etnometodológica”.

A “indiferença” etnometodológica não pode ser vista como uma posição que afirmaria que não importa o quão extenso possa se tornar uma obra como a de Berelson, ainda assim seria possível encontrar problemas. Tampouco, sob esse aspecto, poderíamos afirmar que na medida em que a eficácia preditiva da sociologia profissional assumisse uma forma assintótica, seria possível contar com uma margem de erro como propriedade estável dentro da qual a pesquisa poderia continuar. Contar com o fato de que, dadas as orientações estatísticas da sociologia profissional, sempre se teria uma “variação inexplicada” não é nossa forma de localizar fenômenos ainda não explicados. Nosso trabalho não se posiciona, portanto, em qualquer relação modificadora, elaboradora, contribuidora, detalhadora, subdivisora, explicadora, construtora de fundações quanto ao raciocínio sociológico profissional, tampouco nossa “indiferença” é dirigida a essas ordens de tarefas. Ao invés disso, nossa “indiferença” é para com todo o raciocínio sociológico prático, e *esse* raciocínio envolve para nós, em qualquer forma de desenvolvimento, com qualquer erro de adequação, em quaisquer formas, inseparável e inevitavelmente, o domínio da linguagem natural. O

raciocínio sociológico profissional não está, de maneira alguma, destacado enquanto fenômeno merecedor de nossa atenção de pesquisa. Pessoas que fazem estudos etnometodológicos não podem “se importar” mais ou menos com o raciocínio sociológico profissional do que podem “se importar” com as práticas do raciocínio legal, raciocínio conversacional, raciocínio adivinhatório, raciocínio psiquiátrico e tudo o mais.

Dado o procedimento etnometodológico da “indiferença”, entendemos por estruturas formais atividades cotidianas (a) na medida em que elas exibem sob análise as propriedades de uniformidade, reprodutibilidade, repetição, padronização, tipicidade e assim por diante; (b) na medida em que essas propriedades são independentes da produção específica de agrupamentos; (c) na medida em que a independência de grupos específicos é fenômeno sujeito ao reconhecimento dos membros; e (d) na medida em que os fenômenos (a), (b), e (c) são realização prática e situada de cada agrupamento específico.

O desenvolvimento de estruturas formais acima contrasta com o que predomina na sociologia e nas ciências sociais, na medida em que o procedimento etnometodológico da “indiferença” fornece as especificações (c) e (d) estudando atividades cotidianas como realizações práticas contínuas.

Outra diferença entre o tratamento de estruturas formais da etnometodologia e o da análise construtiva manifesta-se na característica de que é por meio do domínio da linguagem natural que os analistas construtivos recomendam e entendem que seus relatos de estruturas formais fornecem metas e realizações singulares de sua tecnologia de pesquisa e teoria. É através do domínio da linguagem natural que analistas construtivos entendem a realização dessa recomendação como a tarefa infinita da análise construtiva. Os relatos de estruturas formais feitos pela análise construtiva são, assim, realizações práticas, do início ao fim. A linguagem natural fornece à análise construtiva seus tópicos, circunstâncias, recursos e resultados como *formulações* em linguagem natural de particularidades ordenadas da conversa e conduta dos membros, de movimentos e distribuições territoriais, de relações de interação e todo o resto.

Etnometodologicamente, tais práticas através das quais são feitos os relatos de estruturas formais abrangem os fenômenos do raciocínio sociológico prático. Obviamente, essas práticas não são monopólio dos membros da Associação. O restante do artigo examina esse fenômeno. O artigo resenha os métodos dos membros para produção e reconhecimento de estruturas formais de atividades cotidianas através do exame de suas práticas de *formulação*.

O fenômeno

Na medida em que investigações que usam ou tratam da fala dos membros são feitas, o investigador exibirá, invariavelmente, a preocupação de esclarecer essa fala no interesse da investigação. Assim, por exemplo, um comentário feito por um entrevistado, “Ela não gostava

daqui, então nos mudamos”, pode dar ao pesquisador a oportunidade de fazer coisas como dar à elocução um nome, dizer quem é “ela”, onde é “aqui”, quem o “nós” inclui. Na ampla literatura da lógica e da linguística, esses termos têm sido chamados de indicadores, partículas egocêntricas, expressões indexicais, expressões ocasionais, índices, modificadores, expressões pronominais e sinais reflexivos. Uma lista desses termos começaria com “aqui”, “agora”, “isto”, “aquilo”, “eu”, “ele”, “você”, “aí”, “logo”, “hoje”, “amanhã”.

A respeito desses fenômenos, começamos por observar que essas elocuições são regularmente tratadas por todos como oportunidades para práticas reparadoras; que tais práticas não são nativas apenas à pesquisa, mas a todos os usuários da linguagem natural; que sem saber com o que lidou uma determinada pesquisa, alguém poderia listar os termos que necessitariam ser esclarecidos, ou traduzidos, ou substituídos, ou de outra forma remediados, e que os termos poderiam ser localizados e seus remédios propostos e provados para todos os fins práticos, com ou sem pesquisa e com ou sem saber até onde vão as preocupações semelhantes dos outros. A ampla e antiga literatura de lógica e linguística que influencia o trabalho de pesquisadores é um afluente minoritário na torrente desse trabalho onipresente.

Tratamos como fato que pesquisadores, *quaisquer* pesquisadores, leigos ou profissionais, que iniciam um texto, ingênuos ou não em lógica e linguística, vêem-se envolvidos na tarefa de esclarecer tais termos que nele ocorrem. O que se deve fazer com esse tipo de fato? O que nós, neste artigo, queremos fazer com esse fato?

Se, sempre que donas-de-casa entrassem numa sala, cada uma, por iniciativa própria, fosse até o mesmo lugar e começasse a limpá-lo, poderia-se concluir que certamente o lugar precisava ser limpo. Por outro lado, poderia-se concluir que existe algo a respeito do lugar e a respeito das donas-de-casa que torna o encontro de um com o outro uma ocasião de limpeza, caso em que o fato de limpar, ao invés de ser evidência de sujeira, seria ele mesmo um fenômeno.

Expressões indexicais têm sido “estudadas” e tratadas de forma idêntica inúmeras vezes, não apenas com ingenuidade, mas, o que é mais interessante, com uma aparentemente necessária desconsideração das realizações anteriores. A literatura acadêmica oferece evidência do quanto esse trabalho de reparação é antigo. O *Dissoi Logii*³⁶, um fragmento de texto que data aproximadamente de 300 a.C., dedica atenção à sentença “Eu sou um iniciado”, porque ela apresenta dificuldades. A questão é a verdade ou falsidade de uma sentença, quando, se, dita por A, era verdadeira, mas, se dita por B, era falsa; se, dita por A, em um momento, era verdadeira, mas, se dita por A, em outro momento, era falsa; se, dita por A a respeito de um estado de A, era verdadeira, mas, se, dita por A a respeito de um outro estado, era falsa.

Para os problemas que sentenças como essa constituem, desde há muito estão disponíveis soluções programáticas. Começaria-se substituindo o “eu” por um nome próprio; adicionaria-se uma data; especificaria-se um estado, em relação ao qual o falante fosse “um iniciado”.

Uma quantidade de trabalho espantosa tem sido dedicada a tais fenômenos. Na próxima seção, esse trabalho será brevemente caracterizado.

Uma caracterização das expressões indexicais

A consciência das expressões indexicais não apenas ocorre nos textos mais antigos, ela ocorre na obra de grandes autores ao longo de toda a história da lógica. Todo grande filósofo fez comentários a respeito delas. Considerem-se, por exemplo, Charles S. Peirce³⁷ e Ludwig Wittgenstein³⁸: Peirce, porque geralmente é citado como marco inicial do interesse dos lógicos e linguistas modernos, pelos indexicais, e Wittgenstein, porque, quando se lêem seus estudos posteriores, tendo-se em conta que ele está examinando a fala de filósofos como fenômenos indexicais, e está descrevendo esses fenômenos sem pensar em um remédio, percebe-se que seus estudos consistem em um corpus sustentado, extenso e penetrante de observações de fenômenos indexicais.

Tomamos emprestados comentários de lógicos e linguistas para caracterizar as expressões indexicais. Edmund Husserl³⁹ falou de expressões (1) cujo sentido não pode ser precisado pelo ouvinte sem que, necessariamente, este saiba, ou presuma algo, acerca da biografia e dos propósitos do usuário da expressão, das circunstâncias da elocução, do curso prévio do discurso ou da relação específica de interação real ou potencial que existe entre usuário e ouvinte. (2) Bertrand Russell⁴⁰ apontou que descrições que as envolvem aplicam-se somente a uma coisa em cada ocasião de uso, mas a diferentes coisas em diferentes ocasiões. (3) Essas expressões, disse ele, são usadas para fazer afirmações inequívocas, cujo valor de verdade, não obstante, parece mudar. (4) Nelson Goodman⁴¹ escreveu que cada uma de suas “elocuições” constitui uma palavra e refere-se a certa pessoa, momento ou lugar, porém dá nome a algo não nomeado por alguma réplica da palavra. (5) Sua denotação é relativa ao usuário. (6) Seu uso depende da relação entre o usuário e o objeto ao qual a palavra diz respeito. (7) O tempo de uma “expressão indexical temporal” é relevante para o que ela nomeia. (8) De maneira semelhante, a região exata que uma “expressão indexical espacial” nomeia depende da localização de sua elocução. (9) Expressões indexicais e as proposições que as contêm não podem ser repetidas livremente em um dado discurso, uma vez que nem todas as suas réplicas aí contidas são também traduções delas.

Lógicos e linguistas, em suas tentativas explícitas de recuperar a conversa comum em suas particularidades estruturais, avaliam essas expressões como transtornos obstinados⁴³. Os transtornos dos indexicais são dramáticos onde quer que haja investigações direcionadas a fazer com que a conversa prática atinja a formulação e a capacidade de decisão entre alternativas de sentido, ou fato, ou o procedimento metódico, ou a concordância entre “colegas culturais”. As características das expressões indexicais têm motivado entre profissionais incontáveis estudos metodológicos direcionados ao seu remédio. De fato, o

trabalho dos praticantes de *uma* ciência, *qualquer* ciência, para livrá-la desses transtornos, porque, e, da forma como tal trabalho ocorre em todas as ciências, confere a cada uma o seu caráter distinto de preocupação e produtividade quanto a questões metodológicas. Qualquer que seja a ciência, as situações reais de atividades investigativas práticas proporcionam aos pesquisadores inúmeras oportunidades e motivos para tentar remediar expressões indexicais. Assim, virtualmente sem exceções, estudos metodológicos, leigos e profissionais, onde quer que ocorram, têm-se preocupado em remediar as expressões indexicais, ao mesmo tempo em que insistem em manter como objetivos de seus estudos uma diferenciação programaticamente relevante entre expressões indexicais e objetivas, e uma substituibilidade programaticamente relevante de expressões indexicais por objetivas. Nesses estudos programáticos das propriedades formais de linguagens naturais e de raciocínio prático, as propriedades dos indexicais, ao mesmo tempo em que fornecem aos investigadores ocasiões motivadoras de ações de remediadoras, permanecem obsinadamente, inevitáveis e irremediáveis.

Tais preocupações “metodológicas” não estão confinadas às ciências. Encontra-se entre os participantes de conversa uma preocupação generalizada com as falhas da linguagem natural. Eles atribuem falhas ao uso da linguagem feito por outros membros, de quem dizem ter vocabulário pobre. Tais preocupações são acompanhadas por uma recomendação generalizada de que termos, elocuições e discurso sejam esclarecidos, e outras deficiências, que consistem nas propriedades de expressões indexicais, sejam remediadoras remetendo-se os termos ao “seu contexto” (ou seja, às recomendações familiares a respeito da “relevância decisiva do contexto”).

Mais exatamente, chamamos a atenção especial para uma prática conversacional que tem franca intenção metodológica. É possível encontrar participantes de conversa no decorrer de uma conversa, e como característica reconhecida dessa conversa, *formulando* sua conversa. Nas seções seguintes, discorrer-se extensamente sobre a formulação feita na conversa.

Nomeando, identificando, definindo, descrevendo, explicando etc. uma conversa, ou seja, formulando uma conversa como característica dessa conversa

Entre os participantes de conversa, é uma característica imensamente comum das conversas que elas exibam *para as partes* suas próprias características familiares de “diálogo auto-explicativo”. Um membro pode tratar um ou outro trecho da conversa como oportunidade para descrever aquela conversa, explicá-la, ou caracterizá-la, ou explaná-la, ou traduzi-la, ou resumi-la, ou definir sua essência, ou chamar atenção para sua obediência às regras, ou comentar seu desrespeito às regras. Quer dizer, um membro pode usar algum trecho da conversa como oportunidade para *formular* a conversa, como nos seguintes diálogos.

A: Você acha que o governo federal pode chegar e julgar aquele homem por assassinato?

B: Não.

B: É problema estadual.

A: [Bom deixa eu te fazer uma pergunta.]

B: Você não criticaria de jeito nenhum.

A: Westmoreland¹.

B: Os militares, – a – essa operação recente.

A: É claro que eu criticaria.

B: [Bem certamente você não demonstra isso!]

JH: Não é legal ter um monte de gente como vocês aqui no escritório?

SM: [Você tá pedindo pra gente sair, não mandando a gente sair, certo?]

HG: Preciso de exemplos de pessoas evadindo perguntas. Me faz o favor de evadir algumas perguntas pra mim?

NW: [Ah, meu caro, não sou muito bom em evadir perguntas.]

(Com alegria cansada, um residente em psiquiatria fez uma pausa no meio de uma estória que contava a um membro do corpo docente, seu supervisor, a respeito de sua descoberta dos textos de Harry Stack Sullivan.

Membro do corpo docente: [Há quanto tempo você está se sentindo assim?]

1 O nome provavelmente refere-se a William C. Westmoreland, [general](#) do [exército dos Estados Unidos](#), comandante das tropas norte-americanas na [Guerra do Vietnã](#), entre [1964](#) e [1968](#) (N dos T).

Policia de Boston para um motorista: [Você me perguntou onde fica a Sparks Streets, não foi? Então, acabei de te falar.]

Esses trechos ilustram o ponto que, junto com o que quer que possa estar acontecendo numa conversa, pode ser uma característica da conversa para os participantes que eles estejam fazendo algo mais, a saber, o que estão fazendo é dizer-em-tantas-palavras-o-que-estamos-fazendo (ou do que estamos falando, ou quem está falando, ou quem somos, ou onde estamos, etc.)

Chamaremos as práticas dos participantes de conversa de dizer-em-tantas-palavras-o-que-estamos-fazendo de fazer formulação. No lugar de hífens, usaremos colchetes para designar que o trecho em questão é uma formulação. Nas conversas anteriores, a formulação que está sendo feita por um dos participantes aparece entre colchetes.

Dois fenômenos são de especial interesse para nós. (1) Observamos a respeito das práticas de formulação que não apenas elas são feitas, mas são também reconhecidas pelos participantes como características constitutivas da conversa nas quais são feitas. Falaremos disso dizendo *que* “uma formulação está sendo feita” é, para os participantes, algo “exibido *na* fala”. (2) Observamos, além disso, que a formulação, como característica testemunhada da conversa, está disponível para o relato ou observação ou comentário dos participantes, e coisas do gênero. Para termos uma maneira de falar disso, diremos *que* uma formulação foi feita é “exibível *para* contar”.

Cada um dos diálogos proporciona um exemplo do primeiro fenômeno. Um exemplo do segundo fenômeno encontra-se no fato de que relatamos essas conversas e chamamos atenção, com o uso dos colchetes, para o trabalho de formulação que está sendo feito em cada uma. Os colchetes são usados para designar as seguintes características da formulação:

(1) Sobretudo, a formulação é um fenômeno relatável. Quer dizer (a) é um fenômeno que os membros fazem acontecer; que os membros desempenham. (b) É observável pelos membros. (c) Na medida em que os membros podem fazer o fenômeno e observá-lo, ele é reportável. (d) O fenômeno é feito e reportável pelos membros por meio de textos, tais como os que estão entre colchetes. É feito também por meio de roteiro, elocuições ou gráficos, ou seja, por meio de demonstrações notacionais circunstancialmente específicas. (e) O texto entre colchetes é uma fase de um empreendimento interacional. E (f) o texto está significando algo diferente do que o falante pode dizer em tantas palavras.

(2) Todas as características anteriores são realizações práticas sobre as exigências da interação real.

(3) A expressão, [], é precedida de “fazendo” para enfatizar que a conversa-relatável-como-uma-realização-prática consiste apenas, e inteiramente, em seu próprio trabalho. A expressão

“fazendo” também é usada para enfatizar que esse trabalho de conversa relatável é um trabalho feito pelos membros. Quer dizer, esse trabalho tem vínculos essenciais com o domínio da linguagem natural.

Até aqui, nossas ilustrações têm sido escolhidas a partir do trabalho de leigos. Pôr entre colchetes, e seus efeitos, também são relevantes para o trabalho dos cientistas sociais. Se pusermos entre colchetes práticas topicalizadas das ciências sociais com as quais seus praticantes falam de técnicas de coleta de dados, de desenhos de pesquisa, de adequação descritiva, de regras de evidência e coisas semelhantes, perguntamos, então, qual é o trabalho para o qual esses tópicos são seus textos relatáveis. Por exemplo, linguistas falam de “analisar uma sentença com o uso de marcadores de sintagma”. Pondo esse texto entre colchetes com marcadores de glosa [analisar uma sentença com o uso de marcadores de sintagma], compreendemos que agora nos é dirigida a pergunta: qual é o trabalho para o qual “analisar uma sentença com o uso de marcadores de sintagma” é o texto relatável do trabalho? Os colchetes têm, no caso acima, a mesma relevância que perguntarmos: qual é o trabalho para o qual [jogar um jogo de xadrez de acordo com as regras do xadrez] é o texto relatável desse trabalho?

Se falamos do texto relatável do trabalho como “glosa apropriada”, podemos perguntar: qual é o trabalho para o qual [falar sem parar num coquetel] é a glosa apropriada? Qual é o trabalho para o qual [A distribuição de tamanhos equilibrados de grupos formados livremente] é a glosa apropriada? A figura 1 mostra essas relações.

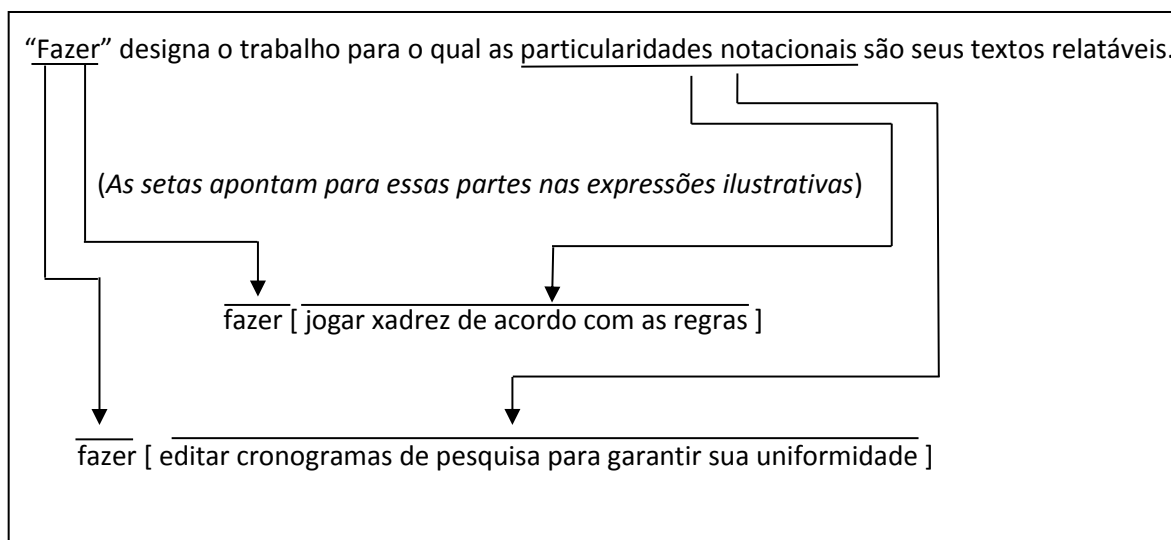


Figura 1

Um último comentário sobre os colchetes: seu uso nos lembra que as práticas de glosa são fases de empreendimentos interacionais. Empreendimentos de aparência inteligível e específica de atividades cotidianas organizadas são feitos inevitável, única, e exclusivamente por falantes competentes, que podem fazê-los apenas e inteiramente através das particularidades de demonstrações notacionais em linguagem natural. Empreendimentos de glosa são realizações práticas. Eles são fenômenos imensamente variados, porque diferem entre si, na forma como são regidos por um mundo de “fato social”, embora seja um mundo de fato social que é uma realização dos membros. Como realizações práticas, os empreendimentos de glosa são tão imensamente variados quanto os arranjos organizacionais, pois os arranjos organizacionais são realizações dessa natureza.

De acordo com a ocasião, fazer formulação podem ser as tarefas, os objetivos, as regras, os comportamentos obrigatórios, as realizações, os episódios passageiros ou as circunstâncias permanentes dos membros. O trabalho não está restrito a circunstâncias especiais. Ao contrário, ele ocorre rotineiramente, e em escala maciça. Os membros são particularmente conhecedores, sensíveis e habilidosos com esse trabalho; com os modos de fazê-lo, assegurá-lo, remediá-lo e coisas semelhantes.

Fazendo conversa relativamente definida

Usamos a metáfora das donas-de-casa e dos lugares para caracterizar a predominância e a insistência dos membros no trabalho de fazer formulações como soluções das propriedades de expressões indexicais. Mas, conforme notamos, na medida em que as formulações consistem em glosas, e na medida em que as propriedades que as formulações exibem como demonstrações notacionais – propriedades usadas por falantes para realizar discurso racional – são propriedades de expressões indexicais, os próprios recursos da linguagem natural asseguram que fazer formulação é, em si, para os membros, fonte rotineira de reclamações, falhas, problemas e soluções recomendadas, *essencialmente* (v. p. 177-8).

Julgamos que o fenômeno crítico consista nisto: com predominância e insistência onipresentes, os membros fazem formulações como soluções para características problemáticas que as expressões indexicais apresentam a suas tentativas de satisfazer os objetivos de, em ocasiões reais, distinguir entre expressões indexicais e objetivas, e, em ocasiões reais, fornecer expressões objetivas como substitutas das indexicais. Observamos que, entre os membros, formulações solucionadoras são medidas fortemente defendidas para realizar assuntos apropriados, problemas apropriados, métodos apropriados, e resultados validados para o estudo de estruturas formais de fala prática e raciocínio prático. Observamos que a defesa dos membros de formulações solucionadoras é acompanhada de práticas com as quais os membros são, de forma igualmente forte, conhecedores e habilidosos, práticas pelas quais os falantes garantem e recebem garantia de que as formulações *não* são a maquinaria

através da qual a fala relativamente racional, clara e definida é feita. Tais práticas são vistas nos seguintes fenômenos.

(1) Existem inúmeras atividades conversacionais em execução para as quais estão disponíveis inúmeros nomes para nomeá-las como fenômenos conversacionais; as pessoas sabem os nomes, conseguem mencionar os nomes, resumir através dos nomes, e assim por diante, e, todavia, no curso das atividades, os nomes não são muito usados. De fato, um fenômeno comum, porém pouco entendido, consiste em casos em que, ao fazer [dizer em tantas palavras o que se está fazendo], a atividade é reconhecidamente incongruente, ou maçante, ou fornece evidência de incompetência, ou motivação oculta, e assim por diante.

(2) Existe uma enorme coerência tópica nas conversas cotidianas, e mesmo assim, a formulação de tópicos por parte dos participantes de conversa é algo muito especial: raramente ela é feita; em qualquer caso específico ela não é apenas provavelmente discutível, mas é talvez insolúvelmente discutível; e embora se tenha fala que seja tópica, nomes tópicos não são inseridos.

(3) Ocorre como uma realização comum em conversas cotidianas, e, para os participantes de conversa, fornece evidência comum de competência conversacional, que os participantes de conversa intitulem textos relevantes, procurem, lembrem-se de, reconheçam ou ofereçam textos relevantes sem que esses textos sejam topicalizados, casos em que o sucesso da procura, lembrança, oferta, reconhecimento e tudo o mais depende da vagueza de tópico, objetivo, regra de busca, regra de relevância e todo o resto, e casos em que o trabalho de armazenamento e recuperação de textos relevantes incorpora essa vagueza como característica essencial do seu desenho.

(4) Outro fenômeno foi descrito num estudo anterior⁴⁶. Pediu-se a estudantes que escrevessem sem serem notados o que ouviram os participantes de uma conversa cotidiana dizerem, e, depois, escrevessem ao lado o que as partes realmente estavam falando. O fenômeno é este: os estudantes, tendo recebido a tarefa de dizer em tantas palavras o que as partes estavam falando de fato, imediatamente viram que o trabalho de satisfazer a tarefa elaborava inevitavelmente suas próprias características. De alguma forma, eles viram imediatamente que a própria tarefa que haviam recebido – “Diga-me, como se eu não soubesse, do que os participantes estavam falando, literalmente” – era falha, não no sentido de que o ouvinte não saberia ou não poderia ou não desejaria compreender, ou que não havia tempo, ou papel, ou disposição, ou vocabulário, ou palavras em inglês para dizê-lo, mas que

Eu havia solicitado que eles realizassem a tarefa impossível de “reparar” a incompletude essencial de *qualquer* conjunto de instruções, não importa o quão cuidadosas ou elaboradas elas pudessem ser. Eu havia solicitado a eles que formulassem o método que os participantes haviam usado ao falarem como regras de procedimento a serem seguidas para dizer o que os

participantes disseram, regras que resistissem a qualquer exigência de situação, imaginação e desenvolvimento. . . [Essa era a tarefa] que requeria que escrevessem “mais”, que eles acharam cada vez mais difícil e por fim impossível, e que passou a ter suas características elaboradas pelos próprios procedimentos para fazê-la.

Julgamos que a importância crucial desses fenômenos é que eles fornecem qualidades específicas para a observação de que, *para o membro, não é no trabalho de fazer formulações sobre a conversa que o membro está fazendo [o fato de que nossas atividades conversacionais são relativamente racionais]*. As duas atividades não são idênticas nem intercambiáveis.

Notamos também que fazer formulação é “ocasionado”. Com isso, queremos dizer que os momentos, lugares e pessoas através dos quais a formulação é feita – as especificações concretas, definidas, claras, determinadas de onde? quando? quem? o que? quantos? – inevitavelmente e sem solução, são feitas como fenômenos relatáveis. Além disso, não apenas os membros podem usar regras específicas para estabelecer o caráter ocasionado de uma formulação, mas o insucesso no uso de regras específicas pode ser usado por um membro para descobrir o que a formulação está fazendo numa conversa, na qual o fato de formular não significa para aqueles que a fazem que fazê-la é definidor do seu trabalho, mas, ao invés disso, que fazê-la pode ser considerado uma brincadeira, ou ser obstinado e coisas semelhantes.

Em resumo, fazer formulação sobre a conversa em si exhibe para participantes de conversa uma orientação para [o fato de que nossas atividades conversacionais são relativamente racionais]. Fazer formulação não é o meio definitivo pelo qual o fato é ele próprio feito ou estabelecido. A pergunta de o que está fazendo quem faz a formulação – que é uma pergunta dos membros – não é resolvida pelos membros consultando o que a formulação propõe, mas se engajando em práticas, que compõem o caráter *essencialmente* contextualizado da ação de formulação. Mesmo a mais breve consideração de fazer formulação em uma conversa nos leva – falante inocente ou cientista social – ao fenômeno em uma conversa de fazer [o fato de que nossas atividades conversacionais são relativamente racionais].

O que estamos propondo, quando propomos que a pergunta o que está fazendo quem faz a formulação é resolvida pelos membros se engajando em práticas que compõem o caráter *essencialmente* contextualizado da ação de formulação? Que tipo de trabalho é aquele para o qual [o fato de que nossas atividades conversacionais são relativamente racionais] é a glosa apropriada?

Estruturas formais do discurso relativamente racional: a “maquinaria”

Aprendemos a perguntar sobre o trabalho de participantes de conversa: de que tipo de “maquinaria” compõem-se as práticas de fazer [conversa relativamente racional]? Será que existem práticas para fazer e reconhecer [o fato de que nossas atividades são relativamente racionais] sem, por exemplo, fazer uma formulação da situação na qual as práticas estão “contextualizadas”? Qual o trabalho para o qual [o fato de que nossas atividades são relativamente racionais] é um texto relatável? Qual o trabalho para o qual [definição, univocidade, desambiguação e singularidade de particularidades conversacionais são asseguradas pela competência dos participantes de conversa com a fala em contexto] é uma glosa apropriada?

Fazemos essas perguntas, porque aprendemos com os fenômenos que são problemáticos para os participantes de conversa que “momentos”, “lugares” ou “pessoas”, por exemplo, com os quais eles dizem em tantas palavras quem, ou onde, ou quando, ou desde quando, ou quanto tempo desde que, ou quanto mais, ou com quem, ou o que, são fenômenos contextualizados. Mais precisamente, são fenômenos *essencialmente* contextualizados.

Por “fenômenos contextualizados” queremos dizer que existem práticas específicas, tais que: (1) elas compõem o que um membro está fazendo quando ele faz e reconhece [o fato do momento, lugar, pessoa, etc. relevantes]; (2) elas são feitas com ou sem formular *qual* agora, ou qual onde, ou com quem, ou desde quando, ou por quanto tempo mais, e coisas semelhantes; (3) elas compõem o trabalho dos membros para o qual [práticas de linguagem objetiva, consistente, cogente – ou seja, racionais] é uma glosa apropriada; e (4) elas atendem aos três primeiros critérios satisfazendo as seguintes restrições (às quais nos referimos com o adjetivo “essenciais”):

(1) Elas são motivo de reclamação por parte dos membros; são falhas, são inconvenientes, problemas, fundamentos apropriados para ação corretiva, ou seja, solucionadora.

(2) Elas não têm solução no sentido de que cada medida que é tomada para realizar uma solução preserva especificamente as características para as quais se procurou a solução.

(3) Elas são inevitáveis, são inescapáveis; não há esconderijo para o seu uso; não há moratória, não há pausa; não há alívio em lugar nenhum do mundo.

(4) Ideais programáticos caracterizaram seus funcionamentos.

(5) Os ideais estão disponíveis como “regras faladas simples” para fornecer relatos de descrição adequada para todos os fins práticos, ou explicação adequada, identidade adequada, caracterização adequada, tradução adequada, essência, análise, regra etc.

(6) É fornecido “nos estudos de lógicos praticantes” cada “primo pobre” dos ideais, assim como expressões indexicais são primas pobres de expressões objetivas; assim como o senso

comum é primo pobre do conhecimento científico; assim como as práticas e conhecimentos de nativos são primos pobres das práticas e conhecimentos profissionais dos afazeres, práticas e conhecimentos dos nativos; assim como os descritores de Calvin N. Mooer são primos pobres dos conjuntos, categorias, classes ou coleções na lógica formal; ou, porque estruturas formais em linguagem natural são primas pobres das estruturas formais em línguas inventadas. Por “primos pobres” entendemos “transtornos vergonhosos, porém necessários”, “versões menores”, “não-fenômenos”, “nenhuma razão para celebração”, “duplos feios” aos quais os membros recorrem para legitimar as reivindicações dos parentes que foram à faculdade e voltaram educados. Ideais não são monopólio das academias, tampouco seus primos pobres estão confinados às ruas. Sempre em companhia uns dos outros, estão disponíveis em grande variedade, pois são tão comuns quanto a fala. Sendo banidos da existência teórica através do contraste irônico que os membros fazem entre conhecimento de senso comum e conhecimento científico, eles são também difíceis de se localizar e se relatar com o uso desse contraste.

(7) As seis características de práticas específicas acima são reconhecidas com unanimidade entre os membros. Os membros também são unânimes no uso dessas características para detectar, sentir, identificar, localizar, nomear – ou seja, formular – um ou outro sentido de acontecimentos práticos como “uma estrutura invariante de aparências”.

Práticas de fala, na medida em que satisfazem tais restrições, estão inescapavelmente ligadas às especificidades da fala, e, portanto, as práticas de fala são, inescapavelmente, exibidas e testemunhadas como particularidades ordenadas de fala. Práticas de fala, na medida em que satisfazem a tais restrições, exibem as características de “independência de grupo de produção” ou “invariante a imigrações e emigrações de pessoal do sistema” ou “invariante a transformações de contexto” ou “universais”. Elas exibem características de invariância, conferindo aos métodos dos membros seu caráter relatável de métodos usados *inevitavelmente* com os quais particularidades são recuperadas, produzidas, identificadas e reconhecidas como particularidades conectadas; como particularidades em relações de acarretamento, relevância, inferência, alusão, referência, evidência; quer dizer, como coleções de particularidades, ou classes, ou conjuntos, ou famílias, ou grupos, ou multidões.

Os membros fazem uso delas para detectar várias maneiras de fazer [invariância] em suas práticas. Porque os membros o fazem assim, faremos uso delas da mesma maneira; a saber, como restrições que as práticas de fala devem satisfazer, se contarmos essas práticas como recursos dos membros para fazer e reconhecer [adequação racional para fins práticos de linguagem natural]. Elas proporcionam características das práticas com as quais os membros realizam e reconhecem o discurso racional em suas particularidades indexicais, ou seja, “fala prática”.

Quais são essas práticas?⁴⁷

Aprenderemos algumas delas se pedirmos uma *lista* de expressões indexicais, o quão extensa ela pode ser. Para responder a essa pergunta, precisamos de um procedimento que nos consiga uma lista de termos indexicais. Tal procedimento está facilmente disponível, pois notamos que qualquer “uma” das propriedades de expressões indexicais citadas nas. 169-70, e qualquer combinação delas, pode ser lida como prescrição para encontrar os termos em uma ocasião *real* de discurso, uma elocução *real*, ou um texto *real*.

Quando isso é feito, observamos o seguinte.

Podem-se procurar termos indexicais em qualquer ocasião real, e qualquer ocasião real fornecerá termos indexicais. Qualquer que seja o número de termos em um texto real, esse texto fornecerá membros⁴⁸. Uma ocasião real *sem nenhum* texto fornecerá membros. Qualquer membro da lista de termos indexicais pode ser usado como prescrição para a localização de réplicas. A listagem de qualquer réplica de um membro da lista é um procedimento adequado para a localização de outro membro. Qualquer procedimento para encontrar-se *um* membro é adequado para encontrar-se *todos* os termos de uma linguagem da qual eles são membros, o que inclui “todos” – o que quer dizer que, ao encontrarmos todos os termos de uma linguagem da qual são membros, estamos explorando e usando o uso de “todos” feito pelos membros. “Uma”, “qualquer uma” e “todas” as listas de termos indexicais exibem as mesmas propriedades que os membros específicos de “uma”, “qualquer” e “todas as” listas. Qualquer texto, sem exceção, que for examinado com o uso de qualquer ou quaisquer propriedades de uma lista de *propriedades* de termos indexicais fornecerá membros à lista. Qualquer lista de termos indexicais pode ser estendida indefinidamente, assim como o pode qualquer lista de propriedades de termos indexicais. Cada procedimento para encontrar e acrescentar mais membros à lista de propriedades exibe as mesmas propriedades que os membros por ela encontrados. Cada lista de propriedades de expressões indexicais pode ser estendida indefinidamente. Tudo o que é válido acima para “termos” é igualmente válido para “expressões” e “elocuições”. Finalmente, as propriedades anteriores permanecem invariantes a operações tais como procurar por, reconhecer, colecionar, contar, formar frases com, traduzir, identificar, ou executar provas de consistência, ou computações sobre membros da lista.

Consequências

Vimos o que e como os membros fazem [o fato de que nossas atividades são relativamente racionais]. Vimos que o trabalho é feito sem a necessidade de se fazer formulações; que os termos que têm de ser esclarecidos não devem ser trocados por formulações que não fariam o que eles fazem; que eles são organizáveis como uma “maquinaria” para fazer [atividades relativamente racionais]; e que o fenômeno abstrato da [racionalidade relatável] está disponível para os nativos, para os etnometodólogos, e para os cientistas sociais, já que a “maquinaria”, por ser “maquinaria” dos membros, na maneira em que é especificamente

usada para fazer [atividades relativamente racionais] é, portanto, parte do fenômeno como seu aparato de produção e reconhecimento. Demos a esse trabalho certa estrutura. Tentamos exibir sua obviedade, seu enorme interesse e pervasividade para os membros.

(1) Parece não haver no mundo espaço suficiente para a proposição definitiva de formulações de atividades, identificações e contextos. As pessoas não podem estar não-consequencialmente, não-metodicamente, não-alternativamente, etc. envolvidas em fazer [dizer em tantas palavras o que estamos fazendo]. Elas não podem estar empenhadas em não-consequencialmente, não-metodicamente, não-alternativamente dizer, digamos, “Isso afinal é uma sessão de terapia de grupo” ou “Com respeito aos papéis gerenciais, o tamanho e complexidade das organizações está crescendo, logo os requisitos necessários para gerenciá-las com sucesso, também”.

Que não haja no mundo lugar para formulações como soluções sérias para o problema da ordem social tem a ver com a recomendação predominante nas ciências sociais de que as formulações podem ser feitas com fins práticos para realizar descrição empírica, para realizar justificação e teste de hipóteses e todo o resto. Formulações são indicadas, portanto, como recursos com os quais as ciências sociais podem realizar rigorosas análises de ações práticas que são adequadas a todos os fins práticos.

Nós *não* estamos dizendo que seja um problema específico no mundo que não se possa descobrir o que alguém quer dizer – o que qualquer pessoa quer dizer com qualquer coisa nova dita, ou com qualquer última coisa dita – empregando-se o procedimento de requisitar uma formulação para cada trecho de fala. Mas, estamos, *sim*, dizendo que, na medida em que as formulações são indicadas como sendo definidoras de “fala significativa”, há algo de errado, porque “fala significativa” não pode ter esse sentido. O que equivale, ou a dizer que a fala não é significativa, a menos que construamos uma linguagem que esteja sujeita a tais procedimentos, ou *que* isso não poderia ser o que é “fala significativa”, e nem “ações significativas”. Estamos dizendo, *sim*, que não devemos supor que para que as pessoas, no decorrer de suas conversas e outras cotidianas cotidianas, ajam de forma ordenada, um conjunto de coisas que tem de estar envolvido é que elas sejam sempre capazes de, digamos, formular suas relações de função e sistematicamente invocar as consequências dessas relações. Porque se for o caso de não haver no mundo lugar para isso, então, para não mais que todos os fins práticos, ou a atividade ordenada é impossível, ou *essa* exigência de atividade ordenada é, em qualquer caso real relevante, irrelevante, cogente, absurda, errada, certa, etc., essa exigência formulável em qualquer caso real como qualquer desses ou de outros, separadamente ou combinados,.

(2) Percebemos, inicialmente, a noção de que a formulação poderia poupar dificuldades com os indexicais.⁴⁹ Vimos que a formulação não poderia fazer isso e, além disso, que os indexicais não precisariam ser poupados de dificuldades. Vimos que as características que

supostamente deveriam ser solucionadas são onipresentes. Deve-se, então, ter em mente o fato de que *nenhum* dos termos precisa ser poupado.

(3) A conquista da sociologia profissional é ter formulado a relatabilidade racional de estruturas sociais de atividades práticas como preceitos da análise construtiva. Como anteriormente observado, as estruturas sociais de atividades cotidianas são entendidas pelas formulações da análise construtiva como consistindo em propriedades, tais como uniformidade, padronização social, repetição, reprodutibilidade, tipicidade, categorizabilidade, relatabilidade da conduta ordinária, da fala, das distribuições territoriais, das crenças a respeito de uma coisa ou outra que são invariantes a mudanças de grupos de produção. A tecnologia prática da teorização da análise construtiva está disponível, em seu auge, na obra de Talcott Parsons, Paul Lazarsfeld, e nas técnicas de análise aleatória de sistemas. Observamos que seus praticantes insistem que as práticas da análise construtiva são realizações *dos membros*. Aprendemos com os praticantes que e como a aplicação adequada de seus preceitos a demonstrações de estruturas formais, em ocasiões reais, exige competência *dos membros*. Observamos, também, que particularidades dos procedimentos e dos resultados da análise construtiva fornecem aos membros claras amostras de “situações” vagamente conhecidas⁵⁰. Em cada ocasião real de uso, particularidades dos procedimentos e particularidades dos resultados fornecem *aos membros* a combinação de vagueza inevitável e insolúvel com relevância igualmente inevitável e insolúvel. A partir dos praticantes nós entendemos que a combinação de vagueza e relevância essenciais está disponível apenas para *membros*, para a produção, avaliação e reconhecimento *dos membros*. Em suma, aprendemos com os praticantes da análise construtiva que nossas descobertas a respeito da formulação podem ser estendidas à análise construtiva.

A formulação não se estende à análise construtiva como sua glosa, tampouco ela está formulando uma generalização da experiência de análise. Muito menos ainda, está formulando uma generalização das práticas de sociólogos profissionais. Ela pode ser estendida na medida em que fazer [análise construtiva] é o que os *membros* fazem; como, por exemplo, [dizer especificamente em tantas palavras o que estamos fazendo], ou [dizer o que se quer dizer e querer dizer o que se diz em poucas e bem-escolhidas palavras], ou [retirar dos títulos de células os transtornos das expressões indexicais], ou [mapear o sistema de números reais em coleções de expressões indexicais], ou [abstrair paradigmas metodológicos a partir do trabalho da PSE²], ou [pensar sequencialmente]. Porque fazer [análise construtiva] é o que os membros fazem, o que observamos sobre a formulação também é observado nas práticas de sociólogos profissionais fazendo [análise construtiva]. Nesse trabalho, vemos *membros* tomando cuidado para construir descrições livres de contexto, instruções relevantes, anedotas perspicazes, provérbios cogentes, definições precisas de atividades cotidianas, e

² No original, encontra-se somente a sigla ESR, sem nenhuma explicação para o leitor. Acreditamos tratar-se da expressão *Ethnomethodological Sociological Research*, que traduzimos por *Pesquisa Sociológica em Etnometodologia*.

formalizações de práticas de linguagem natural livres de contexto e usando a competência do membro como prática de linguagem natural para assegurar que sejam feitas e reconhecidas [evidências adequadas], [descrição objetiva], [procedimento definido], [instruções claras, consistentes, cogentes e relevantes], [conversas computáveis] e todo o resto. Nesse trabalho, vemos a insistência de sociólogos profissionais na competência dos membros para assegurar essas explicações como realizações concertadas.

A maquinaria das realizações de glosa dos profissionais é descrita apenas em linhas gerais pelas práticas descritas nas p. 174-9 como maquinaria dos membros para fazer [fala racional para fins práticos]. Como essas explicações são feitas não foi elucidado para além de comentários etnográficos fornecidos por praticantes de sociologia, leigos e profissionais. O que vários tipos de empreendimentos, [formulações sociológicas objetivas], [instruções definidas] e tudo o mais como realizações conversacionais não é sabido.

(4) A partir de uma inspeção do trabalho da análise construtiva, aprendemos que a relatibilidade racional de atividades cotidianas como realizações práticas é relatada pelos membros como consistindo nas práticas da análise construtiva. A partir desse trabalho, aprendemos também que tais relatos são eles próprios características legitimadas dessa realização prática. A partir de suas práticas, aprendemos que estruturas formais das práticas da análise construtiva, que, no sentido descrito nas p. 176-179, são *estruturas formais das práticas de linguagem natural dos membros*, não estão disponíveis para os métodos da análise construtiva. Não estamos propondo um argumento de “impossibilidade”, no sentido de uma prova lógica, tampouco estamos oferecendo um relato em princípio da análise construtiva. Tampouco estamos indicando “uma atitude em relação a”, “uma posição sobre” ou “uma abordagem para” a análise construtiva. Tampouco estamos dizendo que estruturas formais não estão disponíveis para a análise construtiva devido a “incapacidade treinada”, “preferências habituais”, “interesses pessoais” e coisas semelhantes. Enfatizamos, sobretudo, que não estamos oferecendo conselho, elogio, ou crítica.

Ao invés disso, estamos observando essa indisponibilidade como um fenômeno. A respeito dessa indisponibilidade, observamos que ela é invariante às práticas da análise construtiva. Isso não quer dizer que o fenômeno de alguma forma “desafie” os esforços da análise construtiva. A indisponibilidade das estruturas formais é assegurada pelas práticas da análise construtiva, pois *ela consiste nas suas práticas*. A indisponibilidade de estruturas formais é característica invariante de cada ocasião real de análise construtiva, sem exceção, sem pausa, sem alívio ou solução, sem deixar de fora nenhuma ocasião real, não importa o quão transitória ou duradoura, a indisponibilidade sendo reportável, assegurada, feita e reconhecida, não apenas com unanimidade, mas com necessária unanimidade por quem quer que faça sociologia – ou, de maneira equivalente, por quem quer que saiba falar.

O fato de que estruturas formais das práticas de linguagem natural dos membros não estejam disponíveis para os métodos da análise construtiva estabelece o estudo do raciocínio

sociológico prático. Estudos etnometodológicos têm usado essa indisponibilidade para localizar um ou outro “pedaço” da análise construtiva e examinar como sua realização é, para os membros, um fenômeno relatável. A disponibilidade desses estudos estabelece a existência, *de fato*, de uma alternativa aos prospectos e perspectivas desta conferência, pois, embora as estruturas formais da análise construtiva não estejam disponíveis para a análise construtiva, elas não estão de outra forma indisponíveis; elas estão disponíveis para a etnometodologia. Que isso seja assim é menos interessante do que a pergunta se elas estão disponíveis unicamente para a etnometodologia.

Apêndice

Notas sobre glosa

Seguem-se exemplos de diferentes métodos para fazer compreensão observável-relatável, ou seja, compreensão relatável. Eles foram escolhidos a partir de uma coleção de relatos de ocasiões cotidianas em que pessoas que, da mesma maneira que reconhecem ou entendem que todas sabem falar, estão envolvidas em querer dizer concertadamente algo diferente do que podem dizer em tantas palavras.

Os exemplos destinam-se a especificar “práticas de glosa” como um tópico. A definição precedente é usada como regra fraca para servir aos nossos interesses de expandir e organizar a coleção: de busca, detecção, exclusão, intitulação, e assim por diante. Deve-se lê-la como regra fraca por enquanto? Ocorreu-nos, naturalmente, que uma definição mais exata é uma meta da coleta dos exemplos. Esse objetivo é familiar àqueles que querem que seus estudos de linguagem natural sejam tomados com seriedade. Naturalmente, nós também consideramos esse objeto, mas, no que concerne às glosas, não as consideramos com demasiada seriedade, porque aprendemos que, ao se estudarem explicações, e a partir do que aprendemos sobre práticas de glosa, esse objetivo não é interessante. É interessante, ao invés disso, que o objetivo não possa ser alcançado. Veremos isso a partir de alguns dos exemplos. Além disso, *que* uma definição fraca seja usada para formular como meta uma definição forte a que se busca chegar por meio do uso de uma definição fraca, e para a realização da qual a definição fraca é um recurso, é outra esperança que não pode ser satisfeita. Ou melhor, é uma esperança que é satisfeita dessa maneira: adquire-se uma habilidade, que conta como domínio reconhecido da linguagem natural. E isso, também, é interessante. Outras características são fornecidas pelas maneiras específicas e definidas com que essa meta não pode ser satisfeita, e parecem resumir-se nisto: a definibilidade de práticas de glosa está disponível para o estudo sem que faça qualquer diferença que estejam faltando definições, ou que estas sejam fracas, frouxas, etc. Descobrimos que essa é uma característica “lógica” que se repete. Ela nos fascina, e estamos à sua procura onde quer que possamos.

Talvez práticas de glosa possam ser específicas a pessoas. Não estamos certos. Em todo caso, os exemplos foram escolhidos para ilustrar diferentes modos em que sua produção é organizada como realização prática concertada. Por exemplo, a glosa de Richard consiste em um método pelo qual textos a-serem-compreendidos são miniaturizados em maneiras desconhecidas de se chegar a um sentido definido, onde nenhum relato de um modo para chegar a qualquer sentido definido a que o processo chegue é solicitado por aqueles que o estão fazendo, ou precisa por eles ser fornecido. Duas variações dessa característica temática são fornecidas no caso das “miniaturas” e naqueles em que definições são usadas em uma primeira aproximação a outras mais fortes.

Miniaturas. É possível comprar um motor de plástico numa loja de modelismo, que dirá algo a respeito do funcionamento de motores de automóvel. O motor de brinquedo preserva certas propriedades do motor de automóvel. Por exemplo, mostrará como os pistões se movem com relação ao virabrequim: mostrará por meio de luzes que piscam qual é a sequência de ignição dos pistões, e assim por diante. Como veremos, também é interessante e relevante que, para fazer os pistões funcionarem, o usuário precisa girar a manivela do motor com o dedo.

Chamemos esse motor de brinquedo de relato de um estado de coisas observável. Fazemos as seguintes observações sobre as características desse relato. Primeiramente, assim como ele fornece uma representação precisa das características da situação real, e assim como ele fornece uma representação precisa de *algumas* relações e *algumas* características da situação observável, ele também fornece especificamente e deliberadamente uma idéia falsa de algumas das características *essenciais* dessa situação. Em segundo lugar, ao prover as características de forma deliberadamente falsa, ele estabelece que essas provisões deliberadamente falsas devem estar presentes, se se pretende que o relato seja tratado como relato daquela situação. Em terceiro lugar, em virtude dessa falsa provisão, o relato é considerado pelo usuário como “parecido”, que “lembra” a situação para a qual ele quer usá-lo para representar. Em quarto lugar, o conhecimento das formas em que o relato – por exemplo, o motor de brinquedo – provê características de forma falsa é, para o usuário, uma forma de controle, para permitir que ele seja usado como relato da situação real. Em quinto lugar, a miniatura, por exemplo, o motor de brinquedo, na totalidade de suas características reais específicas, quaisquer que sejam, e para quaisquer usos que sejam feitos dela, é entendida inteiramente pelo usuário como tendo o status de guia para ações práticas na situação real, seja no que for que ela possa consistir como ocasião real, quando o usuário deve lidar com o motor real. Em sexto lugar, esse uso pretendido diz respeito, exclusivamente, à escolha do usuário ao decidir para si a adequação da miniatura e o uso correto da miniatura. Por fim, seu uso é acompanhado pela disposição do usuário, em qualquer ocasião em que possa encontrar uma característica da situação real sobre a qual a miniatura provê características de forma falsa, de conferir total legitimidade à situação real, e de ratificar a miniatura sem ter, necessariamente, o impulso de corrigi-la.

Uma definição usada em uma primeira aproximação lembra a glosa de Richard e as miniaturas no sentido de que fornece ainda uma outra forma de realizar definibilidade reconhecida da fala sem nunca especificar como é feita essa definibilidade.

Definições usadas em uma primeira aproximação ocorrem em artigos nos quais um autor a princípio pode fornecer uma definição acompanhada pelo pedido de que sua frouxidão seja perdoada até aquele momento; de que por quaisquer motivos ele não a definirá mais precisamente ali, mas, se o leitor permitir-lhe o caráter provisório, ele prosseguirá com seus argumentos e, em um segundo momento, fornecerá uma segunda definição, que poderá, então, ser substituída.

O seguinte exemplo de uma definição desse tipo acrescenta outra característica. Foi escolhido, porque fornece uma amostra que o leitor pode usar para ver por si próprio um caso em que a definibilidade da fala é alcançada, embora como a definição da fala é feita seja essencialmente não-especificável.

Consideremos a seguinte definição como primeira aproximação de “glosa”.

Desejo falar sobre pessoas que sabem conversar – falantes de uma língua – envolvidos em inúmeras práticas de querer dizer algo diferente do que podem dizer em tantas palavras no decorrer de ocasiões reais de interação. Desejo reunir suas práticas sob o termo “glosa”. Desejo usar essa definição por enquanto como regra para localizar ocasiões reais relevantes, nas quais amostras possam ser procuradas, e por meio das quais amostras possam ser comparadas, descritas, agrupadas, nomeadas, legendadas, e assim por diante. Uma definição mais precisa será tratada como objetivo de nossas investigações. Na medida em que, no decorrer de nossas coletas, formos aprendendo mais sobre aquilo a que me refiro com o termo “glosa”, e na medida em que formos capazes de dar à causa de nossa preocupação maior definibilidade, reescreveremos a definição de maneira a formular a partir das amostras, e a partir das reflexões por elas motivadas, suas características essenciais e as conexões essenciais entre essas características.

Notamos que, com qualquer ocasião real candidata ao exame, a definição é usada em um grau de auto-encaixamento indefinidamente especificado. Nem por isso seu sentido é bloqueado ou reprimido por qualquer antinomia; nem nos confunde a “profundidade” de sua recursividade.

Citações antropológicas. Um antropólogo retorna do campo com seus cadernos de campo para a companhia de seus colegas de profissão.

Tendo passado uma temporada no campo, ele tem a tarefa de transformar seus textos em um relatório profissionalmente aceitável. Em seus seminários, Manning Nash⁵¹, por exemplo, lembra a pós-graduandos as características complementares da crítica e do trabalho de campo: Um dia, cada qual terá o seu momento de retornar de uma sociedade estranha e terá de relatar suas descobertas em sentenças declarativas coerentes. O antropólogo terá que escrever em

detalhe o que aprendeu com os nativos, para quem é provável que tenha sido um estranho, no sentido crucial de que, por meses, talvez durante toda sua estada, a língua deles provavelmente não estava sob seu controle. Ele não precisa dar um relato de como colheu suas notas de campo. Raramente os antropólogos relacionam suas notas e como foram colhidas, expandidas, analisadas, revisadas, e as outras maneiras como foram usadas, às circunstâncias de campo, como características constitutivas dessas circunstâncias. É ainda menor a frequência com que relatam como transformaram as notas em um relatório que se pretende que seja lido por co-profissionais. Não obstante, “a forma como isso é feito” é tratada por todos – escritor e colegas – como relatáveis contingencialmente nas ocasiões em que a “escrita” é feita e nas ocasiões em que o relatório é lido e discutido. É com respeito a tais circunstâncias de trabalho profissional que o uso de citações antropológicas é uma prática interessante e relevante de glosa.

O procedimento de relato em citações antropológicas é o seguinte. O antropólogo passa a reescrever os textos em forma de relatório usando um procedimento que chama de “escrever”. Uma tarefa predominante desempenhada pelo “escrever” é propor um relato do que seus nativos, na língua que *eles* falavam, serão tratados como tendo estado de fato, e não supostamente, falando, dado que o antropólogo não pode e não deseja dizer finalmente e em tantas palavras do que estavam realmente falando. Dessa forma, ele relata aos colegas que *eles* falaram de tal maneira, definidamente. Então, por exemplo, ele cita os nativos em seus termos nativos e trata esses termos através do mecanismo de um “glossário”. Quer dizer, ele indica a colegas que *ele* querera dizer, através das *suas* traduções dos termos dos nativos, o que os nativos estavam de fato falando, que ele tratará os nativos e suas práticas como autoridade final, embora, no que elas possam consistir para além daquilo que ele escreveu, ele não pode dizer e diz. O escritor quer dizer o que o nativo quer dizer de fato, dado que o escritor escolhe ser cuidadoso ao especificar em tantas palavras “o que o nativo quer dizer de fato”. Esse “o que o nativo quer dizer de fato”, que é incorporado ao relatório como paráfrase do profissional a respeito dos relatos dos informantes nativos, é glosado para o relatório conforme ele está disponível em uma ocasião real através do trabalho de métodos profissionalmente não-especificados de autoria e leitura.

Até onde sabem os profissionais, práticas de glosa antropológica proporcionam aos antropólogos práticas e circunstâncias que os diferenciam de outros profissionais. A associação profissional consiste na disponibilidade de leitores competentes e de circunstâncias inexplicadas sobre as quais esse tipo de escrita é glosado. Através de filiação a uma associação, a definibilidade de sentido e a facticidade do relatório são intimamente vinculadas ao contexto conversacional, aos mecanismos de conversa, à “maquinaria” conversacional, nos quais, e por meio dos quais aquilo que é de fato e não supostamente relatado terá sido “visto para se dizer” ter sido escrito em tantas palavras.

Ratificar um evento no qual você não apostou ilustra uma prática através da qual se descobre uma definibilidade dentro de um ordenamento conversacional, sendo que o ponto de interesse

é que a definibilidade é descoberta pela exploração das diferenças entre a ordenação temporal na produção do evento e a ordenação temporal relatável do evento produzido. A prática é a seguinte: você está conversando com outra pessoa: a pessoa ri. Você se surpreende por um momento, pois não era sua intenção dizer algo engraçado. Ao ouvir a outra pessoa rindo, você sorri para atribuir ao riso da outra pessoa a característica de que o riso dela detectou sua espirtuosidade, mas esconde o fato de que a outra pessoa, ao rir, lhe deu a oportunidade de “reivindicar um crédito” que você não buscava.

A Glosa de Rose. O professor Edward Rose, colega da Universidade de Colorado, relata uma prática que faz uso deliberado da propriedade de que a definibilidade de particularidades circunstanciais *consiste* nas suas consequências. Ele usa essa propriedade da seguinte forma, para descobrir definitivamente o que ele *estava* fazendo.

Ao visitar uma cidade em que nunca esteve, Rose é recebido no aeroporto por seu anfitrião. Estão indo para casa de carro, quando Rose [olha] pela janela – quer dizer, Rose, depois de fazer [olhar para frente] faz então [observar algo que passa] virando a cabeça de acordo com o movimento do veículo. O problema de Rose é conseguir que seu interlocutor lhe forneça aquilo que ele estava observando. Fazer as particularidades notáveis de [olhar para frente] e [observar algo que passa] e seu arranjo sequencial são o cerne da questão e constituem a engenhosidade de Rose. Continuando a fazer [olhar pela janela], Rose comenta: “isso realmente mudou”. Seu anfitrião pode dizer algo como: “só foram reconstruir o quarteirão dez anos depois do incêndio”. Rose, ao dizer “Isso realmente mudou” descobre na resposta, e fazendo uso da resposta, o que ele, Rose, estava falando a princípio. A partir daí, ele continua a formular a questão concertada e razoável que as duas partes estão fazendo acontecer como as qualidades específicas reconhecíveis, reais, ouvidas claramente no decorrer de uma conversa: “não diga. Quanto custou?”, etc..

Notas

O trabalho para este artigo foi patrocinado em parte pelo Escritório de Pesquisa Científica da Força Aérea, subsídio AF-AFOSR-757-67. Uma versão deste artigo, “On "Setting" in Conversation”, foi lida nos encontros anuais da Associação Sociológica Americana em San Francisco, 31 de agosto de 1967, na sessão de Sociolinguística, presidida pelo Dr. Joshua Fishman. Hubert L. Dreyfus, Elliot G. Mishler, Melvin Pollner, Emanuel Schegloff, Edward A. Tiryakian, Lawrence Wicder, e Don H. Zimmerman fizeram comentários sobre o artigo. Agradecemos em particular a David Sudnow e Joan Sacks por sua generosidade com as tarefas editoriais. Muitas das reflexões do artigo foram motivadas por um excepcional Trabalho de Conclusão de Curso, “Gloss Achievements of Enterprises”, de Nancy McArthur.

1 As propriedades de expressões indexicais são longamente discutidas nas p. 169-70.

2 Emile Durkheim, *The Rules of Sociological Method*, Chicago, University of Chicago Press, 1938.

3 Esta propriedade é elucidada em Don H. Zimmerman e Melvin Pollner, “Making sense of making sense: explorations of members' methods for sustaining a sense of social order”, manuscrito não publicado.

4 Olaf Helmer and Nicholas Rescher, *The Epistemology of the Inexact Sciences*, Santa Monica, RAND Corporation, October 13 1958.

5 Com “tarefa infinita” queremos dizer que a diferença e substituibilidade motiva investigações cujos resultados são reconhecidos por membros como campo para novas inferências e investigações. É com respeito à diferença e substituibilidade como metas de investigação que os membros entendem “tarefa infinita” como referência ao caráter “aberto” do fato sociológico, ao corpo “auto-limpante” do conhecimento científico social, ao “estado presente de um problema”, a resultados cumulativos, a “progresso” e todo o resto.

6 Hubert M. Blalock, Jr., 'The Formalization of Sociological Theory' in *Theoretical Sociology, Perspectives and Developments*, editado por John C. McKinney e Edward A. Tiryakian, Appleton Century Crofts, New York, 1970.

7 Jack Douglas, 'The general theoretical implications of the sociology of deviance,' in John C. McKinney e Edward A. Tiryakian (Eds.), op. cit.

8 Alex Inkeles, 'Sociological theory in relation to social psychological variables,' in John C. McKinney e Edward A. Tiryakian (Eds.), op. cit.

9 Paul Lazarsfeld, 'The place of empirical social research in the map of contemporary sociology,' in John C. McKinney e Edward A. Tiryakian (Eds.), op. cit.

10 Marion J. Levy, Jr., 'Theory of comparative analysis,' in John C. McKinney e Edward A. Tiryakian (Eds.), op. cit.

11 Wilbert E. Moore, 'Toward a system of sequences,' in John C. McKinney e Edward A. Tiryakian (Eds.), op. cit.

12 Talcott Parsons, 'General sociological theory,' in John C. McKinney e Edward A. Tiryakian (Eds.), op. cit.

13 Joseph Spengler, 'Articulation of economic and sociological theory,' in John C. McKinney e Edward A. Tiryakian (Eds.), op. cit.

14 Egon Bittner, 'Police discretion in emergency apprehension of mentally ill persons,' *Social Problems*, vol. 14, Winter 1967, p. 278-92; 'The police on skid-row: a study of peace keeping,' *American Sociological Review*, vol. 32, October 1967, p. 699-715.

15 Lindsey Churchill, 'Types of formalization in small-group research,' Review Article, *Sociometry*, vol. 26, September 1963; 'The economic theory of choice as a method of theorizing,' artigo apresentado nos encontros da Associação Sociológica Americana, 31 de agosto de 1964; 'Notes on everyday quantitative practices,' in Harold Garfinkel e Harvey Sacks, eds. *Contributions to Ethnomethodology*, Indiana University Press (em arquivo).

16 Aaron Cicourel, *Method and Measurement in Sociology*, Glencoe, The Free Press, 1964; *The Social Organization of Juvenile Justice*, New York, John Wiley and Sons, 1968.

17 Harold Garfinkel, *Studies in Ethnomethodology*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, Inc., 1967.

18 Craig MacAndrew, 'The role of "knowledge at hand" in the practical management of institutionalized idiots,' in Harold Garfinkel e Harvey Sacks, eds., *Contributions to Ethnomethodology*, Indiana University Press, (em arquivo); com Robert Edgerton, *Time Out: A Social Theory of Drunken Comportment*, Aldine Publishing Co. (no prelo, 1968. Esclarecimento dos editores: o livro em questão foi publicado com o título “*Drunken Comportment: A Social Explanation*”, Chicago, Aldine Publishing Co., 1969).

19 Michael Moerman, 'Ethnic identification in a complex civilization: who are the Luc?,' *American Anthropologist*, vol. 65, 1965, p. 1215-30; 'Kinship and commerce in a Thai-Lue village,' *Ethnology*, vol. 5, 1966, p. 360-4; 'Reply to Naroll,' *American Anthropologist*, vol. 69, 1967, p. 512-13; 'Being Lue: uses and abuses of ethnic identification,' American Ethnological Society, *Proceedings of the 1967 Spring Meeting*, p. 153-69, Seattle, University of Washington Press, 1968.

20 Don H. Zimmerman e Melvin Pollner, *op. cit.*

21 Edward Rose, 'Small languages,' in Harold Garfinkel e Harvey Sacks, eds., *Contributions to Ethnomethodology*, manuscrito não publicado; *A Looking Glass Conversation in the Rare Languages of Sez and Pique*, Programa em Processos Cognitivos, Relatório nº 102, Boulder, Instituto de Ciência Comportamental, Universidade do Colorado, 1967; *Small Languages: The Making of Sez*, Parte 1, Escritório de Pesquisa Sociológica, Relatório nº 16, Parte 1, Boulder, Instituto de Ciência Comportamental, Universidade do Colorado, June, 1966.

22 Harvey Sacks, *Social Aspects of Language: The Organization of Sequencing in Conversation*, manuscrito não publicado.

23 Emanuel Schegloff, 'Sequencing in conversational openings,' *American Anthropologist* volume 70, p. 1075-95, 1968. 'The First Five Seconds,' Ph.D. dissertation, Department of Sociology and Social Institutions, University of California, Berkeley, 1967.

24 David Sudnow, *Passing On: The Social Organization of Dying*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, Inc., 1967; 'Normal crimes: sociological features of a penal code in a public defender's office,' *Social Problems*, Winter 1965, p. 255-76.

25 D. Lawrence Wieder, 'Theories of signs in structural semantics,' in Harold Garfinkel e Harvey Sacks, ed., *Contributions to Ethnomethodology*, manuscrito não publicado.

26 Don H. Zimmerman e Melvin Pollner, *op. cit.*; Don H. Zimmerman, 'Bureaucratic fact finding in a public assistance agency,' in Stanton Wheeler, ed., *The Dossier in American Society* (Esclarecimento dos editores: o texto de Zimmerman foi publicado com o título "Record-keeping and the intake process in a public welfare agency," in Stanton Wheeler (Ed.) *On Record: Files and Dossiers in American Life*, Basic Books: New York, 1970.); 'The practicalities of rule use,' in Harold Garfinkel e Harvey Sacks, eds., *Contributions to Ethnomethodology*, manuscrito não publicado; 'Paper Work and People Work: A Study of a Public Assistance Agency,' Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, Universidade da California, Los Angeles, 1966.

27 ou seja, socialmente organizadas no sentido em que este artigo fala de estruturas formais como realizações.

28 Alfred Schutz, *Collected Papers I: The Problem of Social Reality*, 1962; *Collected Papers II: Studies in Social Theory*, 1964; *Collected Papers III: Studies in Phenomenological Philosophy*, 1966, The Hague, Martinus Nijhoff; *The Phenomenology of the Social World*, Chicago, Northwestern University Press, 1967.

29 Ver notas de rodapé 16-26.

30 I. A. Richards, *Speculative Instruments*, Chicago, University of Chicago Press, 1955, p. 17-56.

31 Queremos dizer que nenhuma especificação foi solicitada e que em outras práticas de glosa poderia ser diferente.

32 Estes comentários são adaptados de sugestões que recebemos de Samuel Todes, 'Comparative phenomenology of perception and imagination: Part I: Perception,' *The Journal of Existentialism*, vol. VI, Spring 1966, p. 257-60.

33 Isto não deve ser enfatizado tão fortemente. Como usamos o presente perfeito para relatar a glosa de Richard, existe o risco de que nossa descrição seja lida como se nós estivéssemos indicando que a glosa de Richard defina a maneira de se fazer fala clara e definida. A glosa de

Richard é apenas *uma* maneira de se fazer fala clara e definida. Existem outras. As outras também consistem em práticas de glosa, que são diferentes da explicação de Richard. A glosa de Richard é usada como exemplo, não como definição.

34 O trecho seguinte fornece dois exemplos estruturalmente distintos. (1) Não apenas o falante está depreendendo, a partir do que foi dito, o que quis dizer a pessoa cuja fala ele está citando, mas (2) todo o corpo de fala é introduzido pelo falante com a demonstração de que ele sabe o que quer dizer a fala do falante imediatamente anterior, ou seja, é dita com “Eu sei o que você quer dizer” como parte inicial.

T: Eu sei exatamente o que você quer dizer. Nós, nós passamos por isso todo ano. Meu pai disse, “Nada de presente” E nós tentamos analisar o que

B: Nada de presente quer dizer nenhum presente ou quer dizer outros presentes?

T: Não, ele ele deu um motivo pra não comprar “nenhum presente”. E eu estava questionando o motivo. Não achei que era, o motivo era legítimo. Não achei que era o verdadeiro motivo. Ele disse, “Bom, você sabe que o Natal, todas as lojas, eh, bom, elas enchem o bolso de grana do Natal, enchem o bolso, e o Natal está ficando comercializado, então, por isso, eu não quero ser sugado por esse negócio. Não vou dar presente esse ano.”

J: “Você pega o seu dinheiro e compra alguma coisa que você quer de verdade, e eu vou pegar o meu e comprar alguma coisa que eu quero de verdade”.

T: Mas nós achamos que devia ter algo por trás, porque se alguém tem a consciência do, que o Natal está ficando muito comercializado, eh, ele deve se sujeitar a essa idéia e rejeitar ele completamente, e acabar sem dar nenhum presente, ou será na verdade por que ele não, não é uma pessoa que gosta de dar presente mesmo?

B: É

T: E isso é só uma desculpa esfarrapada pra não dar presente. E no fim das contas, acho que nós chegamos à conclusão que devia ser um tipo de, uma combinação, e ele na verdade não é tão pão-duro.

35 O sentido desenvolvimentista de “tornar-se” é o pretendido; não o sentido de um desenvolvimento que ocorreu no passado e que está agora terminado. Para enfatizar “processo”, pode-se ler a sentença da seguinte maneira: “Ao invés disso, sua própria fala, na medida em que está se tornando parte da mesma ocasião de interação está se tornando outra contingência dessa interação”. Comentários similares podem ser feitos sobre “mais uma”.

36 William Kneale and Martha Kneale, *The Development of Logic*, London, Oxford University Press, 1962, p. 16.

37 Charles S. Peirce, *Collected Papers*, vol. 2, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1932, paras 248, 265, 283, 305.

38 Ludwig Wittgenstein, *Philosophical Investigations*, Oxford, Basil Blackwell, 1953.

39 Expressões ocasionais são discutidas em Marvin Farber, *Foundation of Phenomenology*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1943, p. 237-8; e C. N. Mohanty, *Edmund Husserl's Theory of Meaning*, The Hague, Martinus Nijhoff, 1964, p. 77-80.

40 Bertrand Russell, *Inquiry into Meaning and Truth*, London, Allen and Unwin, 1940, capítulo 7, p. 102-9.

41 Nelson Goodman, *The Structure of Appearance*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1951, p. 290f.

42 Uma revisão de expressões indexicais pode ser encontrada em Yehoshua Bar-Hillel, 'Indexical expressions,' *Mind*, vol. 63, (ns), 1954, p. 359-79.

43 Hubert L. Dreyfus, 'Philosophical issues in artificial intelligence,' *Publications in the Humanities*, no. 80, Department of Humanities, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, Mass., 1967; Hubert L. Dreyfus, *Alchemy and Artificial Intelligence*, P-3244, Santa Monica, RAND Corporation, Dezembro, 1965.

44 Pede-se ao leitor que leia “todas as ciências” como quaisquer investigações direcionadas à detecção e avaliação de efetividade de atividades práticas e à produção de relatos dos membros acerca dessa efetividade. Além das ciências ocidentais ensinadas na academia, incluímos as “etnociências” que os antropólogos descreveram, por exemplo, etnomedicina, etnobotânica e todo o resto; bem como o enorme número de disciplinas empíricas que têm sua efetividade nas e como atividades práticas como seu fenômeno duradouro: feitiçaria azande, xamanismo yaqui, hidromancia, astrologia, alquimia, pesquisa de operações e todo o resto.

45 Não é apenas porque os membros podem *fazer* formulação e observá-la que a formulação é relatável. Na medida em que os membros estão *fazendo* a formulação e *observando* a formulação ser feita, esta é relatável; ou na medida em que os membros fazem a formulação e observam que ela *foi* feita, esta é relatável; ou na medida em que os membros ao fazê-la observam que ela *terá sido* feita, esta é relatável; na medida em que os membros ao fazê-la observam que ela poderia ter sido feita, etc. A consideração criterial não é a disponibilidade de verbos conjugados, mas a estrutura temporal de tais empreendimentos. Estruturas temporais de empreendimentos de formulação naturalmente incluem a disponibilidade, para os membros, de referências temporais na linguagem natural.

A inadequação da estrutura da sentença pode ser algo benéfico, se marcar a relevância e disponibilidade dos diversos “parâmetros” temporais, profundos e desenvolvidos, de membros fazendo formulações como empreendimentos relatáveis. Chama-se a atenção em

particular para o trabalho que está sendo feito por David Sudnow sobre parâmetros temporais de trocas de olhares relatáveis.

46 Garfinkel, *op. cit.*, p. 29-30.

47 Como precisamos consultar os membros para aprender quais são estas práticas, devemos requisitar dos métodos que usamos para localizar estas práticas, e das práticas localizadas por tais métodos, que elas satisfaçam as mesmas restrições. Os argumentos para justificar esta afirmação e para demonstrar que o método que usamos é adequado com respeito a estes requisitos encontram-se detalhados em Harold Garfinkel, 'Practices and structures of practical sociological reasoning and methods for their elucidation,' in *Contributions to Ethnomethodology*, Indiana University Press (em arquivo).

48 “Membro” da lista tem o significado convencional de item da lista.

49 Ressaltamos como as práticas de raciocínio sociológico prático buscam solucionar as propriedades indexicais da fala: elas buscam essencialmente fazê-lo.

50 Tomamos emprestados comentários feitos por Hubert L. Dreyfus sobre Wittgenstein e Merleau-Ponty durante seu seminário informal, Harvard University, março de 1968.

51 Comunicação pessoal.

Data de envio: 19/06/2012

Data de aprovação: 17/12/2012

Data de publicação: 06/02/2013